

## A MULHER E O ESPORTE: O PROCESSO CIVILIZADOR E O ENVOLVIMENTO FEMININO NOS ESPORTES

Dra. Ruth Eugênia Cidade – UFPR/Cepels  
Dra. Maria Beatriz Ferreira da Rocha - UNICAMP

Para observar o processo feminino de envolvimento nos esportes, é preciso ter em mente que cada época é válida em si mesma; tem sua lógica interna segundo a razão histórica, suas possibilidades de felicidade, seus riscos de infelicidade, seu sentido ou seu *sem-sentido*, e “convém não projetar levemente sobre outras épocas nossa maneira particular de julgar a realidade” (MARÍAS, 1981, p. 9).

Proibidas na Antiguidade de participar dos Jogos Olímpicos como atletas e como espectadoras, o caminho percorrido pelas mulheres foi longo. Desde o princípio, as mulheres tiveram que se esforçar para ter *um pé* no mundo do esporte. Isso pode ser visto, por exemplo, através da ainda dominante presença masculina no esporte e da menor exposição das mulheres (DUNNING, 1999). A participação maior ou menor da mulher em atividades esportivas, seja como praticante ou expectadora, variou de cultura para cultura, de época para época.

Foi a partir da Revolução Francesa e do surgimento da burguesia que a prosperidade e o desenvolvimento econômico começaram a mudar significativamente o cotidiano e a vida doméstica da mulher do século XIX, isto é, do *mundo desenvolvido*. A iluminação a gás, seguida pela luz elétrica, iluminou todos os cômodos das casas; em lugar das tinas cheias de água nos lombos dos burros ou das carroças, a água corrente e abundante passou a sair das torneiras; o frio no interior das residências foi vencido, as chaminés tornaram-se mais eficazes, pois o carvão de pedra superou as limitações da lenha; apareceram as primeiras cozinhas *modernas*, com fogão – uma grande placa de ferro – e suas diversas *bocas* com discos que regulavam a intensidade do fogo, conservavam as panelas sempre quentes e permitiam várias possibilidades culinárias. Na área médica, a introdução da anestesia e da assepsia facilitou os partos e evitou as infecções puerperais, diminuindo a mortalidade materna. Nos transportes, os trens afastaram o perigo das viagens em diligências, tombando pelos caminhos, temíveis em tempos de gravidez. A invenção da máquina de costura e da de escrever (MARÍAS, 1981) trouxe, para dentro das casas, afazeres antes possíveis somente fora delas.

De 1875 em diante, as mulheres do *mundo desenvolvido* visivelmente começaram a ter menos filhos. “Não obstante, é razoável supor que o fato de ter menos filhos foi, na vida das

mulheres, uma mudança mais notável do que a de ver sobreviverem mais filhos seus” (HOBSBAWM, 1988, p. 273).

A vida da mulher nessa época melhorou admiravelmente, no entanto, ela continuou no mundo *privado*. A condição feminina consistia no fato de que uma mulher só podia fazer aquilo sobre o que havia um acordo positivo, uma aprovação social. Em outros termos, a vida da mulher estava determinada pelas formas sociais, estritamente canalizadas a um conjunto de possibilidades muito limitado.

Após a década de 1870, tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres, principalmente as das classes médias e sua afinidade de idéias com a burguesia. A campanha ativa em prol do direito feminino ao voto; a notável expansão da educação secundária para meninas; embora irregular, a incorporação da mulher à cultura universitária e a identificação com os movimentos operários e socialistas; o direito de sair para o trabalho e de ter profissão (HOBSBAWM, 1988; MARÍAS, 1981).

O afrouxamento das convenções possibilitou uma maior liberdade da mulher dentro da sociedade. A prática de dançar, social e ocasionalmente, em bailes e o desaparecimento gradual das barbatanas nas roupas femininas, assim como a socialização dos corpos em torno das máquinas para tornar os movimentos mais livres firmes, exigindo o uso de sutiã (criado depois de 1910), são alguns exemplos. O esporte possibilitou aos jovens (homens e mulheres) encontrarem-se fora dos limites da casa, alargando o estreito círculo familiar, pois algumas mulheres tornaram-se sócias de clubes de turismo e alpinismo. O tênis, inventado em 1873, rapidamente tornou-se o jogo preferido dos subúrbios da classe média, em grande parte por ser bissexual e, por conseguinte, promover o encontro de filhos e filhas desse universo social. Em 1884, depois de seis anos de criadas as disputas simples masculinas, criaram-se as femininas em Wimbledon. Nessa época, a invenção da bicicleta emancipou mais a mulher do que o homem, assim como a prática crescente dos esportes de inverno entre as mulheres; as férias em estações de veraneio possibilitaram os banhos mistos (HOBSBAWM, 1988).

Essas transformações estão associadas a uma lenta mudança na balança de poder entre os sexos, ao desenvolvimento de modernas formas de controle da natalidade, e às invenções de máquinas domésticas. DUNNING (1999) coloca que, provavelmente, as mulheres, ao buscarem o esporte, foram motivadas pelo seguinte:

- a) Interesse em obter as satisfações miméticas, sociais e de mobilidade que se pode conseguir através do esporte, juntamente com os ganhos relacionados com a identidade e autoconceito que podem advir dessas atividades;
- b) Igualdade de oportunidades como resultado das limitações impostas tradicionalmente aos papéis femininos.

O ideal do amadorismo, que reunia classe média e nobreza, concretizou-se em 1896, nos primeiros Jogos Olímpicos da época moderna. Realizados em Atenas, seguindo a tradição cultural dos jogos, somente os homens competiram. A participação feminina foi admitida formalmente em 1900, nos Jogos Olímpicos de Paris, em que 19 mulheres competiram em dois esportes – o golfe e o tênis (OLYMPIC, 2003).

No final do século XIX e início do século XX, mulheres que praticavam esportes considerados *categoricamente inaceitáveis* – como o rugby, o boxe e o hockey –, isto é, esportes que ainda são tidos como inapropriados para mulheres, provavelmente estavam conscientes da idéia então dominante da implicação entre modalidade e masculinização. Caso se tornassem feministas ou não, estariam deliberadamente se posicionando contra os ideais contemporâneos de então (contra o acordo e aprovação social), quanto à feminilidade e ao *habitus* feminino.

A condição do esporte como um *locus* de masculinidade se altera à medida que aumentam a autoconfiança, a assertividade e a independência das mulheres no âmbito de seu *habitus* e de seu poder. Em termos organizacionais, à medida que elas ingressavam no esporte, tais experiências concorreram para questionar as idéias e instituições tradicionais de preponderância masculina. Para tentar combater a idéia do esporte como reduto exclusivamente masculino, as mulheres, nos EUA, receberam suporte de alguns homens influentes. James Naismith, por exemplo, que inventou o basquete, em 1891, como um esporte de inverno para os jogadores de futebol, proclamou o basquete como um *esporte ideal para mulheres* (DUNNING, 1999).

O movimento esportivo feminino ganhou força com uma mulher extremamente dedicada, Alice Melliat, francesa, que começou a freqüentar os estádios, convencida de que o esporte auxiliava no desenvolvimento da personalidade, do arrojo e de um espírito desenvolto. Com o tempo, tornou-se uma excelente esportista e a primeira mulher a obter o diploma que era concedido a remadores de longa distância. Em 1917, Alice Melliat fundou a Federação de Sociedades Femininas da França (FFSF). Em 1921, em Mônaco, ela organizou a Olimpíada Feminina, com a participação de cinco países: Inglaterra, Suíça, Itália, Noruega e França. Em 31

de outubro de 1921, com o apoio dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Tcheco-Eslováquia e França, organizou a Federação Internacional Desportiva Feminina (FSFI). Em 1922, aproximadamente 300 mulheres, de sete países, participaram da segunda Olimpíada Feminina. Alice Melliart, não contente com a pouca atenção dada às mulheres nos Jogos Olímpicos de 1928 e 1932, decidiu realizar, em 1930 e 1934, os Jogos Mundiais Femininos em Praga, Tcheco-Eslováquia, e Londres, respectivamente. A FSFI se dissolveu em 1938, pois as provas femininas foram pouco a pouco incluídas nos Jogos Olímpicos (CARRILLO, 2000).

A partir do incremento do movimento feminista e com o conseqüente questionamento dos papéis sociais, mesmo as mulheres que rejeitavam o feminismo passaram a participar de atividades esportivas. Tal situação contribuiu para contestar antigas crenças, como, por exemplo, a idéia de que as mulheres são o sexo frágil ou que lhes falta espírito competitivo e coletivo (ALONSO, 2003).

O esporte, em sua dimensão social, ainda é um *lugar* de predominância masculina.

O fato de o esporte ter emergido de um passado de desigualdades, carregado de valores masculinos, influencia na menor participação das mulheres na prática esportiva. (ROCHA FERREIRA, 1997, p. 126)

O envolvimento feminino em atividades esportivas ainda é menor que a masculina, mas vem aumentando lenta e gradualmente. Nos Jogos Olímpicos, por exemplo, em 1900, eram 19 mulheres participantes (1,6% do total dos participantes); em 1984, 1.567 mulheres (23% do total dos participantes) e 4.069 (38,2% do total dos participantes) nos Jogos Olímpicos de Sydney (IOC, 2002).

Para avançar na discussão, é necessário esclarecer que, apesar de tabus, crenças e valores criados em torno da participação feminina no esporte, o fato de a mulher participar dessas atividades é uma realidade sociocultural a ser mais investigada.

Da teoria figuracional de Elias, destacam-se, para fins deste estudo, os pressupostos relacionados à questão do gênero e do esporte e que são propostos por DUNNING (1999, p. 226-227):

1. As primeiras suposições figuracionais centrais em relação a gênero estão relacionadas à idéia de que, como quaisquer outras relações sociais, as relações entre homens e mulheres são fundamentalmente afetadas pelo caráter e, sobretudo, pela estrutura da sociedade em que vivem. O tipo de economia, por exemplo, se baseada em uma ou outra variante

capitalista ou socialista, juntamente com o nível de desenvolvimento econômico dessa sociedade, é sumamente relevante. Também é relevante a posição dessa sociedade em relação a outras e o seu grau de beligerância ou pacificação em relações intersociais. De modo geral, a guerra, incluindo guerras civis e revoluções, tende a favorecer os homens e a paz, a favorecer as mulheres. Outro argumento crucial, no entanto, é se tal sociedade tem um Estado e, se o possui, o grau em que esse Estado conseguiu um efetivo monopólio das forças físicas e em correlação, uma efetiva taxação; esses são os principais meios de regulação de uma sociedade, acima de um certo nível de complexidade, e cruciais para os graus de pacificação interna;

2. quanto à interface entre o natural e o aprendido/cultural, apesar do nível corrente de conhecimentos permanecer rudimentar, as relações de gênero e identidades são construídas e parcialmente determinadas em torno do substrato biológico. Uma das implicações disso é a radical interdependência entre homens e mulheres, já que necessitam uns dos outros para o propósito de reprodução e continuação da espécie;
3. assim como em outras interdependências humanas, a interdependência entre homens e mulheres será melhor conceituada levando em conta que envolve um nível fundamental de equilíbrio dinâmico de poder (no sentido essencialmente dinâmico, relacional e relativo caráter do poder);
4. em qualquer sociedade, no âmago da dinâmica da balança de poder entre os sexos, encontram-se não só as capacidades relativas de homens e mulheres no controle econômico, político e das fontes simbólicas e ideológicas, mas também suas capacidades relativas de usar a violência e favorecer a importância do sexo com o outro ou ainda de recusá-los.

DUNNING (1999) acredita que há razões para crer que, nas sociedades industriais dos últimos duzentos anos, o esporte passou a ser, cada vez mais, um fator a incrementar a formação da identidade masculina. Nos últimos anos, com o aumento da entrada das mulheres nessa área, exclusivamente masculina em outros tempos, o esporte tornou-se um lugar de embates em que situações importantes de identidade de gênero são observadas.

O esporte é um fenômeno cultural de caráter universal, multirracial, praticado em países ricos e pobres. Tem uma lógica própria, isto é, são valores, normas, regras; noções, ordem, função; problemas de tensão e formas de exercício, e, principalmente, controle do poder. São

traços peculiares presentes em maior ou menor intensidade, que podem ser denominados de *estrutura*. Entretanto, quando o esporte é colocado desta maneira, podemos facilmente interpretar que aquilo a que chamamos de *estrutura* está separado das pessoas que a constituem, o que não é real. Considerando a teoria eliasiana, o esporte é uma configuração e como tal há constante e intensa interação entre os indivíduos que a formam. O esporte como configuração social apresenta um estado interno, uma forma específica de controle em diferentes níveis (dirigentes, técnicos, árbitros, atletas, auxiliares, espectadores, etc.), nos quais há, a todo momento, decisões, intenções e movimentos intimamente entrelaçados. A dinâmica dessa configuração supõe pessoas individuais em interdependência, pois “as configurações de indivíduos não são nem mais nem menos reais do que os indivíduos que as formam” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 290).

O termo sociológico *estrutura* é, para ELIAS (1992, p. 230),

...a configuração de pessoas individuais interdependentes que constituem o grupo ou, num sentido mais vasto, a sociedade. Aquilo que designamos pelo termo de “estrutura” quando consideramos as pessoas enquanto sociedades não são mais do que “configurações” quando as encaramos como indivíduos.

Ele afirma que as configurações constituem, no estudo do esporte, seu sustentáculo. Por isso, a partir deste entendimento, adotaremos o termo “configuração” em referência ao esporte como estrutura e/ou instituição.

Assim, são os Organismos Internacionais que atualmente tratam das questões da mulher no esporte. São agrupamentos de pessoas em configurações, com a sua dinâmica e conformidades, com o intuito de orientar, sistematizar e regular as ações e, principalmente, ocupar e consolidar o espaço legitimado. Esses indivíduos, organizados em configurações, têm se reunido sistematicamente para discutir, apontar caminhos e fortalecer os espaços já alcançados. O processo mulher-esporte foi e continua a ser um contínuo entrelaçar de planos e ações dos indivíduos em grupos.

#### *Mulher e esporte: desdobramentos a partir de Brighton*

A mulher no esporte tornou-se um tema que, desde o princípio dos anos 90, tem recebido crescente atenção no cenário mundial. Em função da realização da “I Conferência Mundial sobre a Mulher e o Esporte”, é possível apontar alguns dos desdobramentos ocorridos. Essa conferência reuniu políticos e dirigentes de âmbito nacional e internacional em Brighton, Inglaterra, de 5 a 8 de maio de 1994. Foi organizada pelo Conselho Britânico do Esporte (British Sport Council),

com apoio do COI, e reuniu 280 representantes de organizações governamentais e não governamentais de 82 países.

Esse evento internacional de amplo alcance, dirigido e privado com poder de decisão, concentrou-se exclusivamente na participação da mulher no âmbito esportivo. O evento analisou especificamente como acelerar o processo de trocas de experiências para minimizar as barreiras que as mulheres enfrentam quando participam ou se interessam por esporte. Nesse sentido, criou importantes oportunidades para acumular experiência a partir de casos de sucesso e também para conhecer os problemas que se apresentavam em outros lugares (IWG, 2002). O enfoque internacional sobre a mulher e o esporte abrangeu muitos países em todos os continentes; reconheceu e valorizou as mulheres de todo o mundo e a diversidade das culturas; examinou temas como: cultura, gênero, sexualidade e necessidades especiais; incluiu deliberações sobre liderança, comercialização e meios de comunicação; além de treinamento com conselheiros e a formação de redes de contato.

No entanto, o que destacou essa conferência mundial como marco nos avanços sobre a mulher e o esporte foram seus três resultados principais:

- ✓ a elaboração da Declaração de Brighton;
- ✓ o desenvolvimento de uma Estratégia Internacional para o Esporte Feminino;
- ✓ a formação de um Grupo de Trabalho Internacional sobre a Mulher e o Esporte.

De Brighton a Montreal, os documentos produzidos registram, de forma clara, o modo como a Declaração de Brighton tem sido o eixo orientador para as articulações e estratégias de implementação de uma cultura esportiva que proporcione e valorize a participação da mulher em todos os aspectos do esporte.

De 1994 a 2002, a I Conferência Mundial da Mulher e o Esporte e, conseqüentemente, a Declaração de Brighton desencadearam muitas ações em diferentes lugares do mundo, entre as quais apontamos:

- ✓ a criação do Grupo de Trabalho Internacional sobre a Mulher e o Esporte (GTI) e o site criado em inglês, francês e espanhol que está se convertendo em uma importante fonte de informação sobre o trabalho do GTI e as diferentes ações em prol da mulher no esporte;
- ✓ a sensibilização das Nações Unidas, que incluiu três menções sobre o esporte e atividade física na “Plataforma para a Ação” das Nações Unidas, considerada como principal

resultado da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em 1995, na China;

- ✓ a sensibilização do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Paraolímpico Internacional, que examinaram, debateram e incorporaram a declaração. Em 1995, o COI criou seu próprio Grupo de Trabalho sobre a Mulher e o Esporte;
- ✓ a Associação Árabe para a Mulher e o Esporte foi o primeiro grupo regional criado logo após a Conferência de Brighton; e foi oficialmente estabelecida a Associação Africana de Mulheres no Esporte e o Grupo de Trabalho para a Mulher Asiática no Esporte;
- ✓ o COI organizou as Conferências Mundiais em Lausanne, em 1996, e Paris em 2000, que resultaram em recomendações e uma série de seminários em favor da participação da mulher no esporte;
- ✓ a Associação Internacional de Educação Física e Esporte para Meninas e Mulheres (IAPESGW) realizou conferências na Finlândia (1997), nos Estados Unidos (1999) e no Egito (2001);
- ✓ a realização da II Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte, na Namíbia, em 1998, reafirmou os princípios da Declaração de Brighton e produziu a Carta de Windhoek;
- ✓ a Associação Japonesa para a Mulher e o Esporte (JWS) assumiu a iniciativa de criar uma rede na Ásia sobre a mulher e o esporte;
- ✓ a realização da III Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte no Canadá, em 2002;
- ✓ a diversidade dos organismos que adotaram a declaração é também um indicio do esforço realizado em Brighton, o que tem assegurado a inclusão de questões comuns que se apresentam à mulher e ao esporte em eventos, encontros, conferências e grupos de trabalho de todo o mundo. O número de adesões continua aumentando; em janeiro de 2002, 250 organismos notificaram ter adotado a declaração;
- ✓ a realização da IV Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte no Japão, que será em 2006.

Embora essas ações sejam recentes, desde muito tempo existem organismos preocupados especificamente com a promoção da Educação Física e dos esportes para meninas, jovens e mulheres. Um dos mais destacados é a *Associação Internacional de Educação Física e Desportos para Meninas e Mulheres* (International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women – IAPESGW), que acaba de completar 50 anos de existência. Os organismos

nacionais dedicados a promover a igualdade da mulher no âmbito esportivo, tal como a *Fundação para o Esporte Feminino* nos Estados Unidos, também existem há algum tempo (IWG, 2002).

No entanto, os documentos registram marcadamente as iniciativas, as ações e os avanços a partir da realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher e o Esporte. Os resultados da conferência ainda mobilizam pessoas e em vários lugares do mundo seu desdobramento vem transformando ações e atitudes em benefícios para meninas e mulheres envolvidas no esporte. Considera-se a Conferência de Brighton, de 1994, como marco, da atualidade, de uma iniciativa internacional, estratégica e coordenada.

#### Considerações finais

Depois desta breve apresentação de alguns dos diferentes encaminhamentos e ações no sentido de promover uma maior participação feminina no esporte, pode-se ter a impressão de que as pressões sociais sobre as mulheres cederam ou se atenuaram. Na realidade, as pressões e tensões não desaparecem, elas foram substituídas, renovadas, recriadas. As dimensões micro e macro, face e contraface do processo social que envolve a participação da mulher no esporte só poderão ser entendidas assim, de forma relacional, considerando as tensões entre indivíduos e grupos interdependentes.

Nome: Ruth Eugênia Cidade

Endereço: Rua Araticum, 10

Jardim das Américas – Curitiba – Paraná – 81560-030

Telefones: (41) 369-3666 ou 9604-8798

E-mail: [recidade@terra.com.br](mailto:recidade@terra.com.br)

Instituição: Universidade Federal do Paraná

**SUB-TEMA: Processo Civilizador, Etnia e Gênero**